

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 14-10-2010, pelas 14.00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Data: 16-08-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Isabel Canha Machado*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Fernanda Santos Amorim*.

303607881

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PENICHE

Anúncio n.º 8614/2010

Processo de Insolvência n.º 444/10.0TBPNI

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Peniche, 1.º Juízo de Peniche, no dia 13-08-2010, às 9.00 Horas dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Carlos José Rosendo Chuvas, Gerente, estado civil: Casado, nascido(a) em 01-10-1957, freguesia de Conceição [Peniche], nacional de Portugal, NIF 126442916, BI 4185550, Endereço: Rua do Lapadusso, N.º 98, 2.º Esq. Frt, Peniche, 2520-369 Peniche

Luzia Maria de Carvalho Pinheiro Chuvas, estado civil: casada, NIF 113450346, BI 4247593, Endereço: Rua do Lapadusso n.º 98, 2.º Esq. Frt, 2520-369 Peniche, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). José A. Cecílio, Endereço: Rua Capitão Mouzinho Albuquerque 123, 1.º Dto., 2400-000 Leiria.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º e 185 CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 30-09-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

E que foi designado o dia 9 de Setembro de 2010, pelas 10:00 Horas para a tomada de posse da comissão de Credores.

Os requerentes deduziram pedido de exoneração de passivo restante, nos termos do disposto nos art.º 236 e seguintes do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

13 de Agosto de 2010. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Isabel Baptista*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Manuel Sousa Policarpo*.

303609063

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TOMAR

Anúncio n.º 8615/2010

Processo: 488/09.4TBTMR

Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: EXCLUSICAR — Automóveis, L.^{da}
Presidente Com. Credores: José Lopes Alvega e outro (s).

EXCLUSICAR — Automóveis, L.^{da}, NIF — 503075698, Endereço: Av.ª Norton de Matos, 22-A, Tomar, 2300-000 Tomar.

João Carlos Cunha da Cruz, Endereço: Centro de Negócios Mapper — Escritório A1, Marinha Grande, 2430-527 Marinha Grande.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: inexistência de bens da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: art.º 233.º e 234.º do CIRE.

Data: 05-08-2010. — A Juíza de Direito, *Isabel Baptista*. — O Oficial de Justiça, *Maria Madalena Mota V. Simões*.

303576015

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TOMAR

Anúncio n.º 8616/2010

Processo 94/10.0TBTMR

Insolvência de Pessoa Colectiva (Requerida)

Publicidade de Deliberação

Nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Requerente: Petróleos de Portugal — Petrogal, S. A.

Insolvente: Jorge & Ribeiro, L.^{da}

Administrador da Insolvência: Ademar Leite Sai, Unipessoal, L.^{da}, Endereço: Av. Alberto Sampaio, 106 — 2.º D.^{to}, Viseu, 3510-027 Viseu.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado, por decisão da Assembleia de Credores, foi aprovado Plano de Insolvência.

17-08-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Jorge Almeida*. — O Oficial de Justiça, *Lúcia Freire Silva*.

303611103

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES VEDRAS

Anúncio n.º 8617/2010

Processo n.º 1606/10.5TBTVD — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação) — N/Referência: 3264979

Insolvente: Carriço & Monteiro, L.^{da}
Presidente Com. Credores: Caixa Económica — Montepio Geral e outro(s).

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Carriço & Monteiro, L.^{da}, NIF 501293159, Endereço: Rua 28 de Setembro, Casa do Bispo, Ponte de Frielas, 2660-001 Frielas
Eusébio Eduardo Marques Gouveia, Endereço: Travessa da Trindade, 16, 3.º A, 1200-469 Lisboa

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra-identificado, foi designado o dia 06-10-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE].

Data: 20-08-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Luís Filipe Silva*. — O Oficial de Justiça, *Paula Antunes Resoluto*.

303623498

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES VEDRAS

Anúncio n.º 8618/2010

Processo: 1828/10.9TBTVD Insolvência pessoa colectiva (Apresentação) N/Referência: 3231227

Insolvente: FONSÊCAUTOS — Comércio de Automóveis e Lubrificantes, L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Torres Vedras, 2.º Juízo de Torres Vedras, no dia 08-07-2010, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

FONSÊCAUTOS — Comércio de Automóveis e Lubrificantes, L.^{da}, NIF — 500718792, Endereço: Edifício Choupal, Bloco A — 1.º, Torres Vedras, 2564-909 Torres Vedras com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

João Manuel Vieira Mendes Coelho, NIF — 128516046, Endereço: Av. 5 de Outubro, Ed. Choupal, Bloco A, 1.º Apt 13, 2564-909 Torres Vedras, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Eusébio Eduardo Marques Gouveia, Endereço: Travessa da Trindade, 16 — 3.º A, 1200-469 Lisboa

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 10-09-2010, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação

Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 09-07-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Luís Filipe Silva*. — O Oficial de Justiça, *Mário Nogueira Rocha*.

303477828

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES VEDRAS

Anúncio n.º 8619/2010

Processo: 1875/10.0TBTVD — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação) — N/Referência: 3252322

Insolvente: FONSERENT — Comércio e Aluguer de Veículos, L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados, nos autos de Insolvência acima identificados.

No Tribunal Judicial de Torres Vedras, 3.º Juízo, no dia 26-07-2010, pelas 09:33 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

FONSERENT — Comércio e Aluguer de Veículos, L.^{da}, NIF: 504623389, com sede em Edifício Choupal, Bloco A, 1.º, 2560-241 Torres Vedras.